

**ATA DA 23ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO**

LOCAL: Microsoft Teams	DATA: 28 de julho de 2021
DURAÇÃO: das 15h às 17:30H	

Membros do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), nos termos do Decreto nº 9.468/2018:

1) Representantes do Poder Público presentes:

1.1) **Wagner Rosário**, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União e Presidente do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC; 1.2) **José Marcelo Castro de Carvalho**, Secretário Executivo da Controladoria-Geral da União e Presidente Substituto do CTPCC; 1.3) **Vanir Fridriczewski**, Diretor do Departamento de Patrimônio Público e Probidade da Procuradoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União, membro titular no CTPCC; 1.4) **Lucio Alves Angelo Junior**, Advogado da União da Advocacia-Geral da União, membro suplente no CTPCC; 1.5) **Wagner Rosa**, Coordenador-Geral de Governança na Diretoria de Governança da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República; membro titular no CTPCC; 1.6) **André Ramos Tavares**, Conselheiro da Comissão de Ética Pública, membro titular no CTPCC; 1.7) **Regis Xavier Holanda**, Corregedor do Ministério da Economia, membro suplente no CTPCC; 1.8) **Kátia de Queiroz Domingues Baroni**, Assistente-Técnico do Ouvidor-Geral do Ministério da Justiça, membro suplente no CTPCC; 1.9) **Wagner Alessandro Ferreira**, Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Infraestrutura, membro titular no CTPCC.

2) Representantes da Sociedade Civil presentes:

2.1) **Pablo Silva Cesário**, Gerente Executivo de Relacionamento com o Poder Executivo da Confederação Nacional da Indústria, membro titular do CTPCC; 2.2) **Sergio Rodrigo Andrade**, Diretor Executivo da Agenda Pública, membro titular no CTPCC; 2.3) **Luís Augusto Peixoto Rocha**, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno - CONACI, membro suplente no CTPCC; 2.4) **Caio Luiz Carneiro Magri**, Diretor-Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, membro titular do CTPCC; 2.5) **Tatiana Quintela de Azeredo Bastos**, membro do Conselho Superior do Observatório Social do Brasil, membro titular no CTPCC; 2.6) **Manoel Galdino Pereira Neto**, Diretor Executivo da Transparência Brasil, membro titular no CTPCC; 2.7) **Juliana Barreiros Porto**, Professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília, membro titular no CTPCC.

Participaram na condição de apoio técnico e administrativo do CTPCC, nos termos do §2º do Artigo 11 do Decreto nº 9.468/2018: o Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção, **Roberto César de Oliveira Viegas**, e **Maria de Fátima Rezende**, Assessora Técnica da STPC, que redigiu esta Ata de Reunião.

Participaram na condição de convidados, nos termos do inciso I do Artigo 12 do Decreto nº 9.468/2018 e por serem coordenadores das ações previstas na Resolução 4/2020: **Márcio Denys Pessanha Gonçalves**, Diretor de Prevenção da Corrupção (DPC/STPC) da STPC; **Fabio do Valle Valgas da Silva**, Ouvidor-Adjunto da Ouvidoria-Geral da União (OGU); **Keyne Taniguchi Santos**, Coordenador-Geral de Integridade Privada (CGIPRIV/DPI/STPC); **Rogério Vieira dos Reis**, Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência (CGAT/DTC/STPC); e **Adenisio Alvaro Oliveira de Souza**, Coordenador-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social (CFECS/DTC/STPC).

Participaram na condição de convidados: Joao Carlos Figueiredo Cardoso (SCC); Valmir Gomes Dias (OGU) e servidores da STPC.



A presente ata foi aprovada pelos integrantes do Conselho, mediante disponibilização de versão preliminar.

Abertura da reunião. A reunião foi conduzida por Wagner Rosário, **Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União (CGU)** e Presidente do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC) e **Roberto César de Oliveira Viegas**, Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção.

Os coordenadores apresentaram os relatórios finais dos Grupos de Trabalho do Plano de trabalho 2019-2021 aprovado pela [Resolução nº 4](#), de 4 de março de 2020.

1. Grupo de Trabalho instituído para o desenvolvimento do Tema: Estímulo e fortalecimento do Controle Social.
 - ✓ Para este tema, registra-se que o mapeamento das ações desenvolvidas pelos órgãos do governo federal relativas ao controle social será realizado pela STPC e, posteriormente, os resultados poderão ser discutidos no plenário do CTPCC.
2. Grupo de Trabalho instituído para o desenvolvimento do Tema: Impactos e desafios sobre a obrigatoriedade de programas de integridade em contratações públicas
 - ✓ Com a promulgação da nova lei de Licitações nº 14.133/2021 a existência de Programas de Integridade nas contratações de grande vulto passou a ser uma exigência normativa de alcance nacional, aplicada para todos os entes públicos. A STPC, por competência, delineará a proposta de regulamentação para a efetiva implementação da exigência de programas de integridade em contratações de grande vulto.
3. Grupo de Trabalho instituído para o desenvolvimento do Tema: Política de proteção ao denunciante e prestador de informações sobre crimes de corrupção
 - ✓ Sugerido estender o debate sobre o tema com o objetivo de produzir um projeto de lei nacional de proteção ao denunciante de boa-fé
4. Grupo de Trabalho instituído para o desenvolvimento do Tema: Fortalecimento da transparência e da integridade pública em municípios
 - ✓ Sugerido que os integrantes do CTPCC acompanhem o desenvolvimento do programa TIME em 2021 e o estabelecimento de estratégias de suporte aos municípios aderentes, capacitação dos grupos de trabalho e novas ferramentas para comunicação
 - ✓ A STPC dá transparência a todo o processo do TIME em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/time-brasil/planos-de-acao>
5. Grupo de Trabalho instituído para o desenvolvimento do Tema: Prevenção da Corrupção Baseada em Evidências
 - ✓ Os projetos de pesquisas sobre corrupção estão no planejamento da STPCC. Assim, à medida que os projetos forem sendo desenvolvidos, os membros do CTPCC poderão ser engajados.
6. Grupo de Trabalho instituído para o desenvolvimento do Tema: Monitoramento da Transparência ativa no Poder Executivo Federal



- ✓ Solicitado o acompanhamento da evolução dos planos de dados abertos, dado que atualmente não fica clara se o órgão tem uma abertura progressiva ou não. Considerando que o Portal de Dados abertos está em redefinição, a observação foi anotada.

O Ministro da CGU fez breves informes sobre alguns assuntos, tais como:

1. O Portal da Transparência, no dia 28/6, passou a conter informações sobre a remuneração de servidores aposentados e militares veteranos, além de pensionistas vinculados ao Poder Executivo federal - <http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/lista-consultas>;
2. Assinado o Decreto que instituiu o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal. A próxima ação será a Implementação da Estratégia Federal de Integridade Pública;
3. Os trabalhos ora em desenvolvimento junto à OCDE possuem estudos relacionados a riscos;
4. No dia 28/6 houve o lançamento do Painel de Recomendações de foros internacionais - <http://paineis.cgu.gov.br/recomendacoesinternacionais/index.htm>
5. Em breve, a CGU vai publicar, no Portal da Transparência, ferramenta para consulta das Notas Fiscais Eletrônicas das compras do governo federal, também parte do Plano Anticorrupção;
6. Já foram entregues 32 das 142 ações constantes do Plano Anticorrupção. A previsão é que em dezembro tenhamos cerca de 70 ações entregues;
7. Em breve serão divulgados os resultados da auditoria no processo de contratação e importação dos produtos voltados ao combate do COVID (vacina Covaxin)

O representante da Transparência Brasil solicitou informações sobre as ações implementadas relacionadas aos fatos apontados pela reportagem do jornal O Estado de São Paulo, qual seja indícios de superfaturamento de recursos federais de emendas associadas ao resultado primário 9 pelo Ministério de Desenvolvimento Regional. Foi informado que o assunto está em apuração e estão sendo realizados estudos com o intuito de aprimorar a transparência no portal dos recursos com indicação de resultado primário 9. Foi informado, ainda, que o Ministro do Desenvolvimento solicitou que a CGU investigasse as compras públicas do ministério durante a gestão do Ministro Marinho.

O Representante da Transparência Brasil manifestou-se sobre a questão dos TACs firmados com professores de Universidades Federais (da Universidade Federal de Pelotas). O Ministro da CGU entende que chamar o presidente da república de genocida é um crime e motivo para serem processados pela lei do servidor público, por se tratar de manifestação desrespeitosa e de desprezo, enquanto se pronunciavam no exercício dos cargos e utilizando canais oficiais da Instituição.

O representante da CNI solicitou informações sobre o andamento do PL de Regulamentação do Lobby e do Decreto de agendas sendo informado pelo Ministro da CGU que estes assuntos estão no Plano Anticorrupção com prazo até o final de 2021. Informado, ainda, que a criação da plataforma InfoAgendas está prevista para final de 2022.

Por último, registra-se a sugestão do representante do Ethos que o CTPCC trabalhe no sentido de produzir recomendações/estudos sobre a ampliação da transparência do orçamento público com relação às emendas.

A Secretaria Executiva do CTPCC tomará providências para dar andamento as sugestões apresentadas.